

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 915.681 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR** : MIN. LUIZ FUX  
**RECTE.(S)** : ANDERSON FARIAS FRANCO DE OLIVEIRA  
**ADV.(A/S)** : FÁBIO FERREIRA FRANCO DE OLIVEIRA E  
OUTRO(A/S)  
**RECDO.(A/S)** : LEIVA FONSECA DOS SANTOS FIUZA LIMA  
**ADV.(A/S)** : TULIUS MARCUS FIUZA LIMA E OUTRO(A/S)

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM  
AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL.  
EMBARGOS DE TERCEIRO.  
INTEMPESTIVIDADE. DECISÃO  
AGRAVADA NÃO IMPUGNADA.  
INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 287 DO  
STF. REPERCUSSÃO GERAL NÃO  
EXAMINADA EM FACE DE OUTROS  
FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A  
ADMISSÃO DO APELO EXTREMO.  
AGRAVO DESPROVIDO.**

**DECISÃO:** Trata-se de agravo nos próprios autos, interposto com fundamento no artigo 544 do Código de Processo Civil, objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário, manejado com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou, *verbis*:

*“EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO PARA OPOSIÇÃO.  
5 DIAS. ARTIGO 1.048 DO CPC. TERMO INICIAL.  
INEQUÍVOCA CIÊNCIA DOS ATOS CONSTRITIVOS.  
INTEMPESTIVIDADE.*

*O prazo de 5 (cinco) dias para a oposição dos embargos de terceiro, constante do artigo 1.048 do Código de Processo Civil, teve seu termo inicial mitigado pela jurisprudência pátria. Não se justifica exigir do terceiro o cumprimento do quinquídio legal a partir da assinatura da carta de arrematação, adjudicação ou remissão, se não*

**ARE 915681 / DF**

*foi parte no processo e não recebeu qualquer comunicado para que viesse a juízo defender seus direitos sobre o bem objeto da constrição. Em hipótese que tais, o termo inicial para o ajuizamento do remedium iuris será contado a partir da data da inequívoca ciência da turbação ou esbulho judicial.*

*No caso em concreto, se o embargante é devidamente intimado da decisão que determina o cancelamento de seu registro imobiliário, por força do reconhecimento de fraude à execução e da adjudicação do bem em favor da parte exequente, depreende-se que o prazo de 5 dias previsto no artigo 1.048 do CPC deve ser contabilizado a partir da juntada aos autos do respectivo mandado cumprido.*

*Se, ainda assim, o terceiro embargante olvidar-se de observar o interstício legal de 5 dias, contados de sua intimação, imperioso se mostra o acolhimento da preliminar de intempestividade, devendo-se rejeitar liminarmente os embargos.*

**APELO CONHECIDO E PROVIDO. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE ACOLHIDA."**

Os embargos de declaração interpostos foram desprovidos.

Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação ao artigo 5º XXXV e XXXVI, da Constituição Federal.

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso extraordinário por entender que encontra óbice nas Súmulas nº 282 e nº 356 do STF.

É o relatório. **DECIDO.**

*Ab initio*, a repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da CF).

Não merece provimento o agravo.

O agravante não atacou o fundamento da decisão agravada relativo à incidência das Súmulas nº 282 e nº 356 do STF. Esta Suprema Corte

**ARE 915681 / DF**

firmou jurisprudência no sentido de que a parte tem o dever de impugnar os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não ter sua pretensão acolhida, por vedação expressa do enunciado da Súmula 287 deste Supremo Tribunal Federal, de seguinte teor: *Nega-se provimento ao agravo, quando a deficiência na sua fundamentação, ou na do recurso extraordinário, não permitir a exata compreensão da controvérsia*. Nesse sentido, colacionam-se os seguintes julgados:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DEVER DE IMPUGNAR TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INOBSERVÂNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 287. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I - O agravo não atacou os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário, o que torna inviável o recurso, conforme a Súmula 287 do STF. Precedentes. II - O argumento expendido no presente recurso referente à suposta admissibilidade recursal com base no art. 102, III, c, da Constituição traduz inovação recursal, haja vista não ter sido mencionada nas razões do apelo extremo. III - Agravo regimental improvido. (ARE 665.255-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 22/5/2013).

*Agravo regimental no agravo de instrumento. Processual. Ausência de impugnação de todos fundamentos da decisão agravada. Óbice ao processamento do agravo. Precedentes. Súmula nº 287/STF. Prequestionamento. Ausência. Incidência da Súmula nº 282/STF. 1. Há necessidade de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de se inviabilizar o agravo. Súmula nº 287/STF. 2. Ante a ausência de efetiva apreciação de questão constitucional por parte do Tribunal de origem, incabível o apelo extremo. Inadmissível o prequestionamento implícito ou ficto. Precedentes. Súmula nº 282/STF. 3. Agravo regimental não provido.” (AI 763.915-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 07/5/2013).*

*Ex positis* , **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 21, §

**ARE 915681 / DF**

1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

*Documento assinado digitalmente*